

UNYLEYA S.A.
Participações
e Controladas

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Índice

Relatório dos auditores independentes	3
---	---

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira	7
Demonstrações do Resultado	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado)	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais	11
2. Principais práticas contábeis.....	13
3. Alterações de políticas contábilísticas, julgamentos, estimativas e correção de erros fundamentais	21
4. Empresas incluídas na consolidação	28
5. Caixa e equivalentes de caixa	28
6. Contas a receber	29
7. Estoques.....	30
8. Tributos – correntes e diferidos	30
9. Demais contas a receber.....	31
10. Outros ativos não correntes	31
11. Ativos financeiros disponíveis para venda	32
12. Ativos fixos tangíveis	33
13. Ativos intangíveis	34
14. Goodwill - ágio	35
15. Empréstimos e financiamentos.....	36
16. Fornecedores e contas a pagar	36
17. Outros passivos correntes	36
18. Provisões.....	37
19. Capital próprio	38
20. Informações por segmento de negócio	39
21. Custos e despesas por natureza	40
22. Resultado financeiro.....	40
23. Transações com partes relacionadas.....	41

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2016
PAR 17/009**

Aos Administradores e Conselheiros da
UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **UNYLEYA EDITORA E CURSOS S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

www.bakertillybrasil.com.br



SAUS Qd. 04, bl. A, lotes 09/10, salas 1225 a 1228 Ed. Victória Office Tower
Asa Sul - Brasília/DF – CEP 70070-938 – Telefones (61) 3012-9900 – Fax (61) 3012-9900
www.bakertillybrasil.com.br



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e

consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 16 de março de 2017.



Josias Oliveira Barros Neto
Contador – CRC 009386/O-1
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador – CRC 013421/O-9
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005455/O-1

Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira

em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

Reais

	Notas	Controladora (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO					
Activo corrente					
Caixa e seus equivalentes	5	333.188	2.016.433	446.814	2.262.128
Contas a receber	6	18.738.122	13.208.607	23.247.636	19.120.459
Estoques	7	529.826	463.950	529.826	463.950
Tributos a recuperar	8	16.140	22.250	78.994	85.104
Demais contas a receber	9	787.922	1.242.119	1.164.132	1.529.889
Total de activos correntes		20.405.198	16.953.359	25.467.402	23.461.530
Activo não corrente					
Outros activos não correntes	10	-	260.316	-	37.029
Activos financeiros disponíveis para venda	11	4.805.650	8.295.297	2.501.000	2.500.000
Activos fixos tangíveis	12	2.187.669	2.540.720	3.077.970	3.951.840
Activos intangíveis	13	4.634.011	2.787.367	4.634.017	2.808.298
Goodwill	14	-	180.726	1.750.855	2.148.277
Total de activos não correntes		11.627.330	14.064.426	11.963.842	11.445.444
Total do activo		32.032.528	31.017.785	37.431.244	34.906.974
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO					
Passivo corrente:					
Empréstimos	15	8.878.034	5.670.418	11.657.728	6.206.536
Fornecedores e contas a pagar	16	4.588.636	3.533.888	5.588.630	4.545.981
Tributos a pagar	8	976.316	856.478	1.284.355	1.330.235
Outros passivos correntes	17	2.410.226	3.456.645	5.178.102	6.972.509
Total de passivos correntes		16.853.212	13.517.429	23.708.815	19.055.261
Passivo não corrente:					
Provisões	18	1.680.276	1.900.332	200.677	145.677
Total de passivos não correntes		1.680.276	1.900.332	200.677	145.677
Total do passivo		18.533.488	15.417.761	23.909.492	19.200.938
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO					
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	7.110.172	7.110.172	7.110.172	7.110.172
Reservas de lucro	19	6.388.868	8.489.852	6.388.868	8.489.852
Patrimônio líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe		13.499.040	15.600.024	13.499.040	15.600.024
Interesses não controladores		-	-	22.712	106.012
Total do patrimônio líquido		13.499.040	15.600.024	13.521.752	15.706.036
Total do capital próprio e passivo		32.032.528	31.017.785	37.431.244	34.906.974

As notas explicativas são parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações do Resultado

exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

	Notas	Reais			
		Controladora (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
RECEITAS					
Vendas	20	62.767.741	54.139.519	73.411.150	68.411.344
Prestações de serviços	20	16.008.474	6.393.189	28.959.726	23.341.928
Custo dos livros vendidos	21	(912.102)	(1.587.433)	(815.995)	(1.457.828)
LUCRO BRUTO		77.864.113	58.945.275	101.554.881	90.295.444
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Outras receitas operacionais	20	3.791.386	6.124.127	1.891.520	752.191
Fornecimentos e serviços externos	21	(33.397.388)	(24.154.643)	(49.697.970)	(41.760.636)
Custos com o pessoal	21	(11.200.406)	(7.456.037)	(23.956.293)	(19.879.496)
Depreciações e amortizações do exercício	21	(2.944.509)	(2.421.783)	(3.588.351)	(3.084.183)
Provisões e perdas por imparidade	21	(4.327.205)	(3.942.177)	(4.837.382)	(4.428.444)
Outros custos operacionais	21	(11.657.817)	(8.820.203)	(1.499.872)	(1.483.457)
		(59.735.939)	(40.670.716)	(81.688.348)	(69.884.025)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		18.128.174	18.274.559	19.866.533	20.411.419
Rendimentos e ganhos financeiros	22	43.263	70.949	45.443	71.173
Custos e perdas financeiros	22	(1.365.084)	(882.529)	(1.636.689)	(1.023.349)
Resultados financeiros		(1.321.821)	(811.580)	(1.591.246)	(952.176)
Resultado antes de impostos		16.806.353	17.462.979	18.275.287	19.459.243
Imposto sobre o rendimento		(3.187.574)	(2.378.130)	(4.656.510)	(4.356.752)
Resultado consolidado líquido do exercício		13.618.779	15.084.849	13.618.777	15.102.491
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		-	-	13.618.776	15.084.846
Interesses não controladores		-	-	-	17.648
		13.618.779	15.084.849	13.618.776	15.102.494

As notas explicativas são parte integrante da demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

	Notas	Reais				
		Capital social	Reserva de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Reservas para investimentos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		7.110.172	1.239.694	7.490.382	-	15.840.249
Aumento de capital	15					
Aquisição de participações financeiras	15					-
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	15.084.846	15.084.847
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal	15	-	754.242	-	(754.242)	-
Constituição de reserva para investimentos	15	-	-	(994.467)	994.467	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	(15.325.070)	(15.325.070)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		7.110.172	1.993.936	6.495.916	-	15.600.024
Aumento de capital	15	-	-	-	-	-
Aquisição de participações financeiras	15	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	13.618.776	13.618.776
Utilização de reservas	15	-	-	(2.100.984)	2.100.984	-
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	15	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos	15	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	(15.719.760)	(15.719.760)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		7.110.172	1.993.936	4.394.932	-	13.499.040

As notas explicativas são parte integrante da demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015

	Notas	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Reais
		31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015	
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.806.350	17.462.976	18.275.287		19.459.243
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	6 e 7	2.944.509	2.421.783	3.588.351		3.084.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	4.272.205	3.895.177	4.782.382		4.381.444
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	17	55.000	47.000	55.000		47.000
Encargos financeiros de empréstimos	22	1.365.072	882.529	1.636.689		1.023.349
Rendimento de títulos e valores mobiliários	22	-	-	(45.443)		(71.173)
Equivalência patrimonial		3.038.974	(1.523.165)	-		-
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
(Aumento) em contas a receber	11	(9.801.720)	(4.207.328)	(8.909.559)		(8.431.113)
(Aumento) redução nos estoques	10	(65.876)	(216.450)	(65.876)		(216.450)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	12	6.110	(22.250)	6.110		(85.104)
(Aumento) redução nos demais ativos	9 e 13	(3.320.292)	(2.724.118)	402.786		659.316
Aumento (redução) em fornecedores	18	1.054.748	280.337	1.042.649		702.554
Aumento (redução) nos demais passivos	19	(1.046.419)	(1.252.253)	(1.794.407)		(14.585)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		15.308.660	15.044.238	18.973.969		20.538.664
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.427.028)	(1.898.204)	(4.407.880)		(3.781.709)
Juros de empréstimos pagos	22	(1.365.084)	(882.529)	(1.589.587)		(950.516)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		11.516.548	12.263.505	12.976.502		15.806.439
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Adições de imobilizado tangível	7	(811.718)	(1.046.644)	(873.236)		(1.149.748)
Adições de imobilizado intangível	6	(3.650.012)	(1.838.947)	(3.650.012)		(1.838.947)
Distribuição de dividendos		(15.719.760)	(15.325.070)	(15.719.760)		(15.325.070)
Recebimento de dividendos		3.774.081	3.553.392	-		-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(16.407.409)	(14.657.269)	(20.243.008)		(18.313.765)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Contratação de empréstimos e financiamentos	16	3.207.616	3.923.943	5.451.192		4.190.530
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.207.616	3.923.943	5.451.192		4.190.530
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.683.245)	1.530.179	(1.815.314)		1.683.205
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	2.016.433	486.254	2.262.128		578.923
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14	333.188	2.016.433	446.814		2.262.128
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDA(O) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.683.245)	1.530.179	(1.815.314)		1.683.205

As notas explicativas são parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O CONTADOR

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

UNYLEYA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A UNYLEYA Editora e Cursos S.A., com sede na Avenida Jacarandá, lote 16, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, e suas controladas (“Companhia” ou “UnYLeYa”) têm como principais atividades a oferta de cursos de pós-graduação à distância; cursos de preparação para concursos públicos e o comércio de livros didáticos.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

Aspectos societários

Actor – Tecnologia da Informação, Ltda

Em Janeiro de 2016, a sociedade, celebrou Acordo para a cessão da sua participação de 51% na sociedade Actor – Tecnologia da Informação.

Decorrente deste acordo no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 os resultados e a participação na Actor não foram considerados no perímetro de consolidação.

Comparabilidade

Não ocorreram mudanças nas políticas contábeis das informações anuais consolidadas e individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2016, bem como os métodos de cálculos utilizados, em relação àquelas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em função do Acordo mencionado nos aspectos societários referente à empresa Actor as demonstrações de resultado, das mutações de patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2015 contemplam 12 meses da empresa Actor e nenhum mês para o exercício de 2016.

Auditoria Independente

Informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Baker Tilly Brasil Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras individuais (UnYLeYa Editora e Cursos S.A.; Instituto IMP de Educação, Ltda; Nova Educação, Ltda; UNYTECH -

UnYLeYa Tecnologia, Ltda) e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”).

Declaração Diretoria Executiva

A Diretoria da UnYLeYa, S.A. declara, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Baker Tilly Auditores Independentes, emitido em 2 de março de 2017 ; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registros contábilísticos das empresas incluídas na consolidação, conforme se identifica na Nota 4.

Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo (i) detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controle e utilizada pelo Grupo); (ii) se encontre exposto ou tenha direitos e retornos variáveis do seu envolvimento nas operações da participada; e (iii) tenha a capacidade de usar os seus direitos de voto para afetar o seu retorno, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação global. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e nas demonstrações consolidadas dos resultados e dos rendimentos integrais, respetivamente, na

rubrica “Interesses não controladores”. As empresas incluídas na consolidação encontram-se indicadas na Nota 4.

Na contabilização das concentrações empresariais o custo da concentração corresponde ao justo valor dos ativos entregues, passivos e passivos contingentes assumidos à data da aquisição, conforme preconizado no IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos líquidos adquiridos é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como resultado do exercício. Os interesses de acionistas sem controlo são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados ou pelo justo valor atribuído aos mesmos de acordo com critérios definidos.

Os resultados das filiais adquiridas são incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às adotadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Apresentação de relatórios por segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e ou prestação de serviços pela Companhia.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “impairment” de ativos financeiros ao custo amortizável. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber.

2.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

2.7 Imobilizado

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

Considera-se como custo de aquisição o preço de compra adicionado às despesas imputáveis à compra.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos quando incorridos. Os gastos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos ativos fixos tangíveis são capitalizados e depreciados no correspondente período estimado de

recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao ativo e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição e começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para utilização. Os ganhos e perdas nas alienações de ativos fixos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao qual estão reconhecidos, são registados em resultados.

A depreciação do valor dos ativos fixos tangíveis deduzido do seu valor residual, quando este seja estimável, é efetuada de acordo com o método da linha reta, a partir do início do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos, definida em função da sua utilidade esperada.

As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	5-10

(i) A vida útil considera o prazo de vencimentos dos contratos de arrendamentos.

A Companhia revisou a vida útil dos seus ativos e concluiu que as taxas de amortização e depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

2.8 Ativos Intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de património adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente, ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“*impairment*”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “*impairment*”, que não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b) Programas de computador (softwares) e pesquisa e desenvolvimento de projetos internos

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Companhia demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas.

A Companhia ativa substancialmente os gastos com desenvolvimento de conteúdo educacional. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios económicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais e mão de obra direta que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software/projeto* para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo.
- A Administração pretende concluir o *software/projeto* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software/projeto* pode ser vendido ou usado.
- O *software/projeto* gerará benefícios económicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software/projeto*.
- O gasto atribuível ao *software/projeto* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de *software/projeto* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 6.

c) **“Impairment” de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

2.9 Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por “impairment” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.11 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na

demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado. As empresas do Grupo optaram pelo lucro presumido para o cálculo dos impostos sobre o lucro, exceto a empresa Nova Educação que opta pelo Lucro Real.

2.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma redução de patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais à taxa de câmbio da data da transação. A cada data de reporte financeiro é efetuada a atualização cambial de ativos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que foram determinadas.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de reporte, são registradas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que ocorrem.

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do reporte que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do reporte, se materiais, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS's) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS's novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior:

1- Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	1-Fev-15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev-15	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan-16	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan-16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospetiva para novas aquisições de interesses.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “ <i>Disclosure Initiative</i> ”	1-Jan-16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras

especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem:

- uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas;
- uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção;
- informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e
- outra informação na quarta secção

Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan-16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	1-Jan-16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan-16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 -	1-Jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da

Divulgações sobre participações noutras entidades e IAS 28 – Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas

exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

2- Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	1-Jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rébito de contratos com clientes	1-Jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rébito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rébito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rébito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

3- Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação

IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados.
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emendas à IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.
Emendas à IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Estas emendas vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emendas à IAS 7 – Demonstração de fluxos de caixa	Estas emendas vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Emendas à IFRS 15 – R�dito de contratos com clientes	Estas emendas v�m introduzir diversas clarifica�es na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpreta�es divergentes de v�rios t�picos.
Emendas � IFRS 2 – Pagamentos com base em a�es	Estas emendas v�m introduzir diversas clarifica�es na norma relacionadas com: (i) o registo de transa�es de pagamentos com base em a�es que s�o liquidadas com caixa; (ii) o registo de modifica�es em transa�es de pagamentos com base em a�es (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital pr�prio); (iii) a classifica�o de transa�es com carater�sticas de liquida�o compensada.
Emendas � IFRS 4 – Contratos de seguro	Estas emendas proporcionam orienta�es sobre a aplica�o da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9.
Emendas � IAS 40 – Propriedades de investimento	Estas emendas clarificam que a mudan�a de classifica�o de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evid�ncias de uma altera�o no uso do ativo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	Estes melhoramentos envolvem a clarifica�o de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Ado�o pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isen�es de curto prazo; IFRS 12 – Divulga�o de interesses noutras entidades: clarifica o �mbito da norma quanto � sua aplica�o a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribui�o ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarifica�es sobre a mensura�o a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou joint ventures detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
IFRIC 22 – Transa�es em moeda estrangeira e adiantamentos	Esta interpreta�o vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transa�o para efeitos da determina�o da taxa de c�mbio do reconhecimento do r�dito.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de elaborar estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos.

As estimativas contabilísticas mais significativas, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, incluem:

- Vidas úteis e reconhecimento de ativos intangíveis;
- Análises de imparidade dos ativos intangíveis, do *goodwill*, de contas a receber e de inventários;

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registradas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto no IAS 8.

4. EMPRESAS ÍNCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, método de consolidação adotado e proporção do capital efetivamente detido em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Método de consolidação	2016	2015
			Mãe	Mãe
UnYLEya Editora e Cursos, S.A.	DF	Global	Mãe	Mãe
IMP Editora e Cursos, Ltda	DF	Global	100,0%	100,0%
Nova Educação, Ltda	DF	Global	100,0%	100,0%
Actor Tecnologia da Informação Ltda (i)	DF	Global	0%	51%
UNYTECH - UnYLEya Tecnologia, Ltda	DF	Global	100%	100%
AVM Cursos e Serviços Educacionais	DF	Global	77,8%	77,8%

- i. Controlada vendida em janeiro de 2016.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e bancos	333.133	236.837	446.758	482.532
Fundo de renda fixa (i)	-	1.779.545	-	1.779.545
CDB (ii)	56	51	56	51
	333.188	2.016.433	446.814	2.262.128

- i. Refere-se a aplicações financeiras em fundo de renda fixa, de excedente de caixa diário, com rendimentos atrelados à variação do CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato
- ii. Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 98% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Cientes e outras contas a receber				
Ensino Pós Graduação a Distância	60.187.913	47.713.045	60.187.913	47.713.045
Preparatório para Concursos	-	-	5.404.207	6.736.517
Outros	3.173.922	669.618	3.164.238	571.576
	63.361.835	48.382.663	68.756.357	55.021.137
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Ensino Pós Graduação a Distância	(16.611.622)	(12.414.696)	(16.611.622)	(12.414.696)
Preparatório para Concursos	-	-	(885.008)	(726.622)
	(16.611.622)	(12.414.696)	(17.496.630)	(13.141.318)
Valor de matrículas efetuadas a reconhecer como receita				
Ensino Pós Graduação a Distância (i)	(28.012.091)	(22.759.360)	(28.012.091)	(22.759.360)
Contas a receber de clientes, líquidas	18.738.122	13.208.607	23.247.636	19.120.459

A Companhia mensalmente constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a performance de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionada. A probabilidade de perda aumenta conforme o tempo de atraso do pagamento e quando o atraso atinge uma faixa superior a 90 dias a provisão é feita em 100%. Mesmo esse título provisionado, os esforços de cobrança continuam e os recebimentos de títulos já provisionados são reconhecidos diretamente ao resultado quando de seu recebimento. A Companhia não possui operações de desconto de duplicatas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

- i. No ensino de Pós Graduação a Distância a companhia reconhece no seu balanço o valor integral no momento da realização da matrícula. Mensalmente e por um prazo que varia entre 10 a 12 meses é reconhecida a receita na demonstração de resultados.

Vencimentos de contas a receber – Consolidado

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31-12-2016	31-12-2015
Valores a vencer	48.095.509	39.353.666
Vencidos		
Até 30 dias	1.418.802	1.131.731
Entre 31 e 60 dias	958.228	772.758
Entre 61 e 90 dias	787.188	621.665
+ de 90 dias	17.496.630	13.141.318
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.496.630)	(13.141.318)
Valor de matrículas efetuadas a reconhecer como receita	(28.012.091)	(22.759.360)
	23.247.636	19.120.459

7. ESTOQUES

	2016	2015
Livros e coleções "Alumnus"	605.105	463.950
Provisão para obsolescência de Livros "Alumnus"	(75.279)	-
	529.826	463.950

8. TRIBUTOS – CORRENTES E DIFERIDOSControladora (BR GAAP)

	2016		2015	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
IRPJ	-	668.422	-	589.773
CSLL	16.140	307.894	22.250	266.705
	16.140	976.316	22.250	856.478

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	2016		2015	
	No ativo	No passivo	No ativo	No passivo
IRPJ	51.914	887.834	51.914	921.943
CSLL	27.080	396.521	33.190	408.292
	78.994	1.284.355	85.104	1.330.235

9. DEMAIS CONTAS A RECEBER

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Adiantamentos a fornecedores	122.286	177.813	128.007	197.781
Empregados	17.628	25.614	43.692	42.383
Outros ativos correntes	565.152	954.917	789.083	1.079.145
Cauções em Alugueis	62.700	83.776	177.368	198.443
Despesas antecipadas	20.156	-	25.983	12.137
	787.922	1.242.119	1.164.132	1.529.889

10. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Controladora (BR GAAP)

	2016	2015
Dívida da ACTOR à UNYLEYA	-	241.518
Dívida da NOVA à UNYLEYA	-	18.798
	-	260.316

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	2016	2015
Outras dívidas	-	37.029
	-	37.029

11. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os investimentos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e, como tal, estão reconhecidos ao seu valor de aquisição.

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2015	Adições/(Dimi nuições)	Saldo em 31-Dez-2016
Activos financeiros disponíveis para venda:			
Equivalência patrimonial em participadas	5.795.297	(3.490.647)	2.304.650
Acções para negociação	2.500.000	1.000	2.501.000
	8.295.297	(3.489.647)	4.805.650

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2015	Adições	Saldo em 31-Dez-2016
Activos financeiros disponíveis para venda:			
Acções para negociação	2.500.000	1.000	2.501.000
	2.500.000	1.000	2.501.000

12. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31 Dez 2015	Adições	Transferências	Baixas e Alienações	Saldo em 31 Dez 2016
Valor bruto					
Edificações e Benfeitorias	1.682.288	207.670	-	-	1.889.958
Equipamentos de Informática	1.707.197	309.032	-	-	2.016.229
Moveis Equipamentos e Utensílios	1.194.601	126.020	-	-	1.320.621
Bibliotecas	213.300	1.548	-	-	214.848
Equipamento de transporte	189.490	69.490	-	(94.500)	164.480
Outros activos fixos tangíveis	14.760	-	-	-	14.760
Projeto Norte Energia (i)	103.104	97.959	-	-	201.063
	5.104.740	811.718	-	(94.500)	5.821.958
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Edificações e Benfeitorias	(808.840)	(377.188)	-	-	(1.186.028)
Equipamentos de Informática	(876.153)	(400.071)	-	-	(1.276.224)
Moveis Equipamentos e Utensílios	(611.426)	(213.607)	-	-	(825.033)
Bibliotecas	(134.820)	(22.698)	-	-	(157.518)
Equipamento de transporte	(126.286)	(39.026)	-	70.875	(94.437)
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Projeto Norte Energia (i)	(6.496)	(88.553)	-	-	(95.048)
	(2.564.020)	(1.141.144)	-	70.875	(3.634.289)
Valor líquido	2.540.720				2.187.669

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31 Dez 2015	Adições	Transferências	Baixas e Alienações	Saldo em 31 Dez 2016
Valor bruto					
Edificações e Benfeitorias	2.884.464	222.835	-	-	3.107.299
Equipamentos de Informática	2.363.741	272.169	-	(39.500)	2.596.410
Moveis Equipamentos e Utensílios	3.007.168	209.236	-	(1.440)	3.214.964
Bibliotecas	213.300	1.548	-	-	214.848
Equipamento de transporte	189.490	69.490	-	(94.500)	164.480
Outros activos fixos tangíveis	14.760	-	-	-	14.760
Projeto Norte Energia (i)	103.104	97.959	-	-	201.063
	8.776.027	873.236	-	(135.440)	9.513.822
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Edificações e Benfeitorias	(1.401.276)	(626.703)	-	-	(2.027.979)
Equipamentos de Informática	(1.413.974)	(426.086)	-	39.500	(1.800.560)
Moveis Equipamentos e Utensílios	(1.741.335)	(520.054)	-	1.080	(2.260.309)
Bibliotecas	(134.820)	(22.698)	-	-	(157.518)
Equipamento de transporte	(126.286)	(39.026)	-	70.875	(94.437)
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Projeto Norte Energia (i)	(6.496)	(88.553)	-	-	(95.048)
	(4.824.186)	(1.723.121)	-	111.455	(6.435.853)
Valor líquido	3.951.840				3.077.970

(i) projeto que está a ser amortizado pelo período de 24 meses.

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

A movimentação do intangível é conforme segue:

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2015	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31-Dez-2016
Valor bruto					
Desenvolvimento de Projetos Internos (a)	5.716.102	2.818.659	-	-	8.534.759
Outros activos intangíveis	582.441	831.354	-	-	1.413.795
	6.298.543	3.650.012	-	-	9.948.554
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Desenvolvimento de Projetos Internos	(3.300.151)	(1.552.808)	-	-	(4.852.958)
Outros activos intangíveis	(211.026)	(250.560)	-	-	(461.585)
	(3.511.176)	(1.803.367)	-	-	(5.314.543)
Valor líquido	2.787.367				4.634.011

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2015	Adições	Adições Provenientes de Adquiridas	Transferências	Baixas	Saldo em 31-Dez-2016
Valor bruto						
Desenvolvimento de Projetos Internos (a)	5.716.102	2.717.737		100.920	-	8.534.759
Software	-	932.273		565.077	-	1.497.350
Outros activos intangíveis	665.997			(665.997)	-	(0)
	6.382.099	3.650.010		-	-	10.032.108
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Desenvolvimento de Projetos Internos	(3.300.151)	(1.487.884)		(64.923)	-	(4.852.958)
Software	-	(336.407)		(208.728)	-	(545.134)
Outros activos intangíveis	(273.650)			273.650	-	-
	(3.573.801)	(1.824.291)		-	-	(5.398.092)
Valor líquido	2.808.298					4.634.017

a. Desenvolvimento de projetos internos

	Saldo em 31-Dez-2016	Saldo em 31-Dez-2015
Produção de conteúdo (i)	7.555.991	5.716.102
Novas unidades e novos cursos (ii)	978.769	-
	8.534.759	5.716.102

- i. Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada por um período de até três anos.
- ii. Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos com vida útil estimada entre cinco e dez anos, conforme segue:
 - Abertura dos polos Rio de Janeiro (RJ), Asa Sul (DF), Taguatinga (DF), São Paulo (SP), Ribeirão Preto (SP), Montes Claros (MG), Nova Lima (MG), Santos (SP), Vitória (ES) e Campos (RJ);
 - Infraestruturas operacional e tecnológica, adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
 - Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento da faculdade ILEYA "campi" e cursos.

14. GOODWILL - ÁGIO

Ágio pago em aquisição de controladas

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2016	Saldo em 31-Dez-2015
<i>Instituto IMP de Educação, Ltda (i)</i>	-	(44.816)
<i>Actor Tecnologia da Informação S.A. (i)</i>	-	225.542
	-	180.726

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2016	Saldo em 31-Dez-2015
<i>Instituto IMP de Educação, Ltda (i)</i>	-	(44.816)
<i>Nova Educação, Ltda (ii)</i>	1.749.995	1.749.995
<i>Actor Tecnologia da Informação S.A. (i)</i>	-	442.238
<i>AVM Cursos e Serviços Educacionais Ltda (i)</i>	860	860
	1.750.855	2.148.277

O ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

- i. Refere-se ao ágio gerado em combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura.
- ii. Em 2015, houve a aquisição da empresa Nova Educação.

Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Em 31 de dezembro de 2016, os ágios foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição do saldo de empréstimos e financiamentos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Antecipações de recebimentos em cartão de crédito (i)	8.795.707	5.467.998	11.382.521	5.467.998
Financiamento (ii)	-	-	192.880	536.118
Arrendamento mercantil financeiro (iii)	82.327	202.420	82.327	202.420
	8.878.034	5.670.418	11.657.728	6.206.536

- i. Antecipações de recebimentos em cartão. Os encargos financeiros contratados são atrelados à taxa média de 1,33% ao mês.
- ii. Empréstimo contraído pela Nova Educação com o banco ITAU a uma taxa de 1,75% a.m.. Este empréstimo está garantido por recebíveis em cartão de crédito.
- iii. Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevocáveis sujeitos a encargos médios de 11% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 36 a 48 meses. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.

16. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

No consolidado, o saldo da rubrica “fornecedores” é composto por fornecedores de materiais e serviços para os cursos de pós graduação EAD, por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos da Alumnus e do IMP, e por consultorias voltadas para a área de educação.

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Controladora (BR GAAP)

Correntes	2016	2015
Responsabilidades a liquidar	323.518	286.569
Partes relacionadas	216.396	623.657
Tributos a pagar	165.620	181.071
Salários e encargos sociais a pagar (i)	1.704.691	1.060.120
Vendas a reconhecer Projeto Norte Energia	-	1.303.221
Outros	-	2.006
	2.410.225	3.456.644

(i) Salários e encargos sociais a pagar

	2016	2015
Salários a pagar	445.039	290.785
INSS a recolher	200.866	128.287
FGTS a recolher	64.121	37.887
IRRF a recolher	124.914	54.910
Provisão de férias	638.784	403.762
Encargos sobre provisões	220.380	139.298
Outros	10.588	5.192
	1.704.691	1.060.120

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	2016	2015
Correntes		
Responsabilidades a liquidar	718.490	1.395.183
Partes relacionadas	294.166	699.065
Tributos a pagar	609.087	465.884
Salários e encargos sociais a pagar (i)	3.511.901	3.062.693
Vendas a reconhecer Projeto Norte Energia	-	1.303.221
Outros	44.457	46.464
	5.178.102	6.972.509

(i) Salários e encargos sociais a pagar

	2016	2015
Salários a pagar	936.972	859.660
INSS a recolher	343.526	286.169
FGTS a recolher	145.663	122.497
IRRF a recolher	213.736	122.337
Provisão de férias	1.375.904	1.233.599
Encargos sobre provisões	474.687	425.617
Outros	21.414	12.813
	3.511.901	3.062.693

18. PROVISÕES

A Companhia é parte envolvida em ações ou processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões para perdas cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos.

A movimentação das referidas provisões no exercício está demonstrada a seguir:

Controladora (BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2015	Adições	Baixas	Saldo em 31-Dez-2016
Provisões para riscos e encargos				
Equivalência patrimonial em participadas	1.754.655	-	(275.056)	1.479.599
Processos judiciais em curso	145.677	55.000	-	200.677
	1.900.332	55.000	(275.056)	1.680.276

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Saldo em 31-Dez-2015	Adições	Baixas	Saldo em 31-Dez-2016
Provisões para riscos e encargos				
Processos judiciais em curso	145.677	55.000	-	200.677
	145.677	55.000	-	200.677

19. CAPITAL PRÓPRIO

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$7.110.172 e é composto por 1.213.828 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas.

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia utiliza 6 segmentos operacionais para diferenciação dos produtos oferecidos:

- ➔ Pós Graduação a Distância;
- ➔ Corporativo;
- ➔ IMP Preparatório;
- ➔ Editora Alumnus;
- ➔ Graduação;
- ➔ Concursos EAD

Lucro Operacional – 2016

RESUMO	Pós Graduação	Corporativo	IMP Preparatório	Editora Alumnus	Graduação	Concursos EAD	Custos Indiretos	Total
Receita líquida	59.827.390	3.841.839	25.381.853	1.017.232	2.108.816	1.357.721	-	93.534.850
Custos Diretos	(19.877.255)	(343.230)	(11.517.835)	(605.519)	(1.301.711)	(784.637)	-	(34.430.185)
Custos de Estrutura	(12.418.195)	(1.299.250)	(9.998.870)	(295.018)	(2.396.243)	(422.136)	(8.820.070)	(35.649.781)
Depreciations	(1.637.239)	(88.553)	(643.842)	-	(49.377)	-	(1.169.341)	(3.588.351)
<i>Lucro operacional antes do resultado financeiro</i>	<i>25.894.701</i>	<i>2.110.807</i>	<i>3.221.306</i>	<i>116.696</i>	<i>(1.638.515)</i>	<i>150.948</i>	<i>(9.989.411)</i>	<i>19.866.533</i>

Lucro Operacional – 2015

RESUMO	Pós Graduação	Corporativo	IMP Preparatório	Editora Alumnus	Graduação	Concursos EAD	Custos Indiretos	Total
Receita líquida	51.239.268	3.316.783	31.968.170	957.901	-	2.314.912	-	89.797.033
Custos Diretos	(17.843.280)	(792.402)	(13.183.374)	(574.789)	(22.915)	(1.539.499)	-	(33.956.259)
Custos de Estrutura	(11.413.346)	(2.059.288)	(9.413.350)	(279.110)	(941.723)	(943.321)	(7.295.035)	(32.345.173)
Depreciations	(1.993.179)	-	(471.044)	-	-	-	(619.960)	(3.084.183)
<i>Lucro operacional antes do resultado financeiro</i>	<i>19.989.462</i>	<i>465.092</i>	<i>8.900.402</i>	<i>104.002</i>	<i>(964.638)</i>	<i>(167.908)</i>	<i>(7.914.994)</i>	<i>20.411.419</i>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Durante o exercício de 2016 e 2015 os custos e despesas tiveram a seguinte decomposição:

	2016	2015
Serviços de terceiros	(28.018.855)	(22.962.629)
Salários e encargos sociais	(23.956.293)	(19.879.496)
Custo dos produtos vendidos	(2.075.786)	(1.935.605)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.782.382)	(4.381.444)
Depreciação e amortização	(3.588.351)	(3.651.466)
Publicidade e propaganda	(3.994.381)	(4.023.126)
Aluguel e condomínio	(6.140.565)	(5.396.953)
Viagens	(1.006.745)	(1.291.488)
Jurídico e provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(722.026)	(510.071)
Outros custos e despesas	(10.110.479)	(8.061.767)
	(84.395.863)	(72.094.044)

22. RESULTADO FINANCEIRO

Controladora e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
<u>Gastos e perdas financeiros:</u>				
Juros suportados	(1.365.084)	(882.529)	(1.636.689)	(1.023.349)
	(1.365.084)	(882.529)	(1.636.689)	(1.023.349)
<u>Rendimentos e ganhos financeiros:</u>				
Juros obtidos	43.263	70.949	45.443	71.173
Outros rendimentos financeiros	-	-	-	-
	43.263	70.949	45.443	71.173
Resultados financeiros	(1.321.821)	(811.580)	(1.591.246)	(952.176)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

a) Crédito e débito com partes relacionadas (controladora)

	Ativo		Passivo	
	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2015
Cientes	200.964	92.504	-	-
Outros activos não correntes	-	260.316	-	-
Outros passivos correntes	-	-	-	623.650
Provisões	-	-	1.479.599	1.754.655
	200.964	352.821	1.479.599	2.378.305

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; de curto prazo a empregados e administradores, pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração (Conselheiros) e os diretores estatutários.

Os membros do Conselho de Administração não auferem remuneração.

A remuneração dos diretores estatutários da subsidiária UNYLEYA nos exercícios estão demonstradas a seguir:

	31-12-2016	31-12-2015
Salários "Pro-Labore"	108.000	148.000
	108.000	148.000